

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.725 - SP (2019/0334867-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : ELAINE CRISTINA DE SOUSA
RECORRENTE : WLADIMIR ALBERTO DE SOUSA
RECORRENTE : VAGNER ADALBERTO DE SOUSA
ADVOGADO : RILTON BAPTISTA - SP289927
RECORRIDO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) - MG111202

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ELAINE CRISTINA DE SOUSA, WLADIMIR ALBERTO DE SOUSA e VAGNER ADALBERTO DE SOUSA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 1.194):

"Apelação Cível.

Seguro habitacional Ação proposta por mutuários do Sistema Financeiro de Habitação em face da seguradora, objetivando o pagamento de indenização por danos materiais decorrentes de vícios construtivos Sentença que julgou procedente a ação – Recurso de apelação interposto pela ré Preliminares de incompetência da Justiça estadual, ilegitimidade passiva ad causam e falta de interesse processual corretamente afastadas Prejudicial de mérito de prescrição Afastamento Alegados danos materiais em imóvel decorrentes de vícios na construção Causas internas Risco não coberto pelo contrato de seguro Seguradora que não é obrigada a indenizar danos resultantes de vícios intrínsecos da coisa segurada, em especial quando tal risco é expressamente excluído da apólice Conclusões do perito, ademais, no sentido de que de que não há risco de desmoronamento Recurso de apelação provido para julgar improcedente a ação. Dá-se provimento ao recurso de apelação."

No recurso especial, os recorrentes aponta violação dos arts. 422, 757 e 765 do Código Civil, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que "os vícios estruturais de construção, a luz dos princípios da boa-fé objetiva e da proteção contratual do consumidor, estão acobertados pelo seguro habitacional, cujos efeitos devem se prolongar no tempo, mesmo após a extinção do contrato de mútuo, para acobertar o sinistro concomitante à

sua vigência" (e-STJ, fl. 1.232).

Defende, assim, ser devida a cobertura dos vícios de construção pela Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação.

É o relatório. Passo a decidir.

Quanto à responsabilidade civil da seguradora pelos vícios construtivos, o colendo Tribunal de Justiça Paulista consignou, *in verbis* (fls. 1.210/1.213):

"Esta Colenda Câmara pacificou o entendimento no sentido de que os danos no imóvel decorrentes de vícios de construção consubstanciam-se em risco excluído expressamente da cobertura contratual, o que afasta a obrigação do segurador de pagamento de indenização.

[...]

Dessa forma, no caso em exame, devem ser aplicadas as disposições das cláusulas 3ª do contrato celebrado, que assim rezam:

“CLÁUSULA 3ª RISCOS COBERTOS 3.1. Estão cobertos por estas Condições todos os riscos que possam afetar o objeto do seguro, ocasionando:

a. incêndio;

b. explosão;

c. desmoronamento total;

d. desmoronamento parcial, assim entendido a destruição ou desabamento de paredes, vigas ou outro elemento estrutural;

e. ameaça de desmoronamento, devidamente comprovada;

f. destelhamento;

g. inundação ou alagamento.

3.2. Com exceção dos riscos contemplados nas alíneas “a” e “b” do subitem 3.1, todos os citados no mesmo subitem deverão ser decorrentes de eventos de causa externa, assim entendidos os causados por forças que, atuando de fora para dentro, sobre o prédio, ou sobre o solo ou subsolo em que o mesmo se acha edificado, lhe causem danos, excluindo-se, por conseguinte, todo e qualquer dano sofrido pelo prédio ou benfeitorias que seja causado por seus próprios componentes, sem que sobre eles atue qualquer força anormal.” (fls. 192)(g.n.).

Assim, preservado o entendimento do MM. Juízo a quo, na hipótese dos autos não há como reconhecer a responsabilidade da seguradora pelos danos verificados no imóvel do autor, pois, como concluiu o perito judicial no laudo apresentado a fls. 887/915, ao

responder aos quesitos, todos os danos e problemas constatados no imóvel (“Problema relativo a sustentação da cobertura, problema no forro do beiral e pontual no revestimento externo da antiga cozinha” resposta ao quesito 15, fls. 911) decorreram de vícios construtivos, com causas internas (resposta ao quesito 1, alínea “a” fls. 912), situação que afasta a cobertura prevista na apólice contratada.

Assim, preservado o entendimento do MM. Juízo a quo, deve ser afastada, na hipótese, a responsabilidade da seguradora pelos danos causados no imóvel do autor, decorrentes de todo e qualquer vício construtivo ou de projeto.”

Das transcrições supra, infere-se que o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do STJ, segundo a qual, nos contratos de seguro habitacional obrigatório no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, as seguradoras são responsáveis pelos vícios decorrentes da construção, desde que tal responsabilidade esteja prevista na apólice.

Nesse contexto, tendo entendido a Corte *a quo* que os vícios construtivos não estavam previstos nas apólices discutidas nos autos, para se concluir em sentido contrário seria indispensável a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que, na via estreita do recurso especial, esbarra nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ADMISSIBILIDADE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284/STF. RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA PELOS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO NO IMÓVEL FINANCIADO. AUSÊNCIA DE COBERTURA SECURITÁRIA. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ.

1. Atrai a incidência do óbice previsto na Súmula n. 284/STF a alegação de que o art. 535 do CPC foi violado desacompanhada de argumento que demonstre efetivamente em que ponto o acórdão embargado permaneceu omissso, contraditório ou obscuro.

2. Incide o óbice previsto na Súmula n. 284 do STF na hipótese em que a deficiência da fundamentação do recurso não permite a exata compreensão da controvérsia.

3. Nos contratos de seguro habitacional obrigatório no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, as seguradoras são responsáveis pelos vícios decorrentes da construção, desde que

tal responsabilidade esteja prevista na apólice.

4. Concluir que a apólice contratada prevê a responsabilidade pelos prejuízos decorrentes da construção demanda a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos atos, o que é vedado em recurso especial, nos termos das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1.305.102/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 19/2/2016)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - DANOS CONSTRUTIVOS EM IMÓVEL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

1. Consideram-se preclusas as matérias que, veiculadas no recurso especial e dirimidas na decisão agravada, não são reiteradas no agravo interno. Precedentes.

2. Com base no princípio da dialeticidade recursal, não se conhece do agravo interno que veicula razões dissociadas dos fundamentos da decisão singular.

3. A conclusão do acórdão recorrido, quanto à legitimidade ativa, adotada com base exclusivamente nos instrumentos anexos ao contrato de seguro, é insuscetível de reexame em sede de recurso especial, em razão do óbice da Súmula 5/STJ.

4. Verificar se a apólice do seguro habitacional excluiria de modo válido a cobertura de vícios de construção demandaria na interpretação das cláusulas do ajuste, juízo obstado pelo óbice das Súmulas 5 e 7/STJ.

5. Agravo interno conhecido em parte e, na extensão, desprovido." (AgInt no REsp 1.581.014/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, DJe de 28/5/2018)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. NEGATIVA DE COBERTURA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO. APÓLICE. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A Corte local, analisando os fatos e as provas dos autos, asseverou que a demandada não pode ser responsabilizada pelos vícios construtivos alegados na exordial, por não estarem cobertos na apólice securitária, a qual, ainda que seja oriunda de pacto de adesão, possui cláusulas expressas.

2. Infirmar a conclusão do Tribunal estadual (acerca da abrangência dos danos cobertos no contrato de seguro e da clareza de suas cláusulas) exigiria, indubitavelmente, o

Superior Tribunal de Justiça

revolvimento fático-probatório destes autos, inclusive a interpretação de cláusulas contratuais, o que não se admite no âmbito do recurso especial, ante o disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. *Agravo interno improvido.*" (AgInt no AREsp 1.184.189/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 13/3/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido em 1% (um por cento), observada eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília/DF, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator